

Resumo

Políticas públicas educacionais são fundamentais para a efetivação de direitos sociais, entretanto, em algumas delas são observadas estreitas relações e desdobramentos entre suas ações como a da política de descentralização das escolas, identificada como municipalização e a de qualidade da educação básica nacional expressa nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB). A pesquisa tem como objetivo central historiar, mapear, cotejar e analisar os resultados destas duas políticas educacionais, nas diversas regiões de São José do Rio Preto (SJRP), desde o início da municipalização (1997) até o último ano com indicadores IDEB disponíveis (2019). Justifica-se tal objetivo pelo fato de o mapeamento bibliográfico realizado apontar os modos como as redes públicas municipais efetivam as políticas de qualidade da educação expressas no IDEB e a política de municipalização. Entretanto, uma lacuna observada foi a inexistência de produções acadêmicas que investiguem as possíveis relações entre as duas políticas no âmbito da gestão das redes públicas municipais. A hipótese central é a de que o cotejamento dos indicadores destas duas políticas produza informações que contribuam para a eficiência dessas e demais políticas públicas municipais. A pesquisa é qualitativa, com base em um estudo de caso explicativo, sendo o campo empírico as escolas da rede pública municipal de SJRP; a coleta de informações se deu por meio de entrevistas com os ex-Secretários Municipais de Educação e os procedimentos de análise foram baseados no conceito de *accountability* (Afonso, 2012; 2019), uma vez que a hipótese central sugere que a sustentação legal dessas políticas públicas, as atribuições legalmente estabelecidas aos gestores municipais, bem como o contexto local e suas condições objetivas interferem diretamente nos resultados do IDEB. Os resultados apontam que a municipalização e o IDEB no âmbito municipal têm por base o espelhamento das políticas legalmente estabelecidas nos âmbitos federal e estadual e ocorreu via transferência de escolas da rede estadual para a rede municipal ou por ampliação da rede própria. Ao historiar, mapear, cotejar e analisar os resultados, observou-se a melhoria do IDEB, das taxas de aprovação dos alunos e avanço modesto na aprendizagem dos alunos. Entretanto, percebeu-se estreitas relações com as políticas públicas relacionadas a finanças, obras, saúde e assistência social que se efetivam de diferentes modos em cada região do município exigindo dos Secretários Municipais de Educação articulação com outras políticas públicas municipais, ampliando sua responsabilidade na definição de ações, prestação de contas, transparência de sua gestão e, conseqüente, pressão por resultados e cumprimento de metas. Ainda assim, consideram que a municipalização foi vantajosa para município e munícipes, pois possibilitou maior número de alunos atendidos e mais recursos financeiros, apesar de ter apresentado conflitos entre profissionais da educação nos primeiros anos, o IDEB, mesmo possuindo limitações, é confiável para subsidiar políticas públicas educacionais. Além disso, a municipalização favoreceu a criação de um grupo gestor intersetorial (GGI), no final de 2018. Com base nesses resultados, elaborou-se como produto desta pesquisa a ser oferecido para o campo empírico investigado uma oficina de formação para os gestores, técnicos de secretarias e secretários municipais.

Palavras-chave: *Accountability*, Avaliação externa, IDEB, Indicadores de qualidade, Municipalização.